

LIBRAS, FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO - APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA PARA ALUNOS SURDOS

Valdineide Jesus de Oliveira

E-mail: valdineideoliveira1@outlook.com

Prof.^a Dr.^a Eliana Márcia dos Santos Carvalho

Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem
e Sociedade -PPGELS- UNEB-DCH -VI
FAPESB

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo, apresentar uma breve discussão sobre Língua Brasileira de Sinais - Libras, formação docente e ensino de língua inglesa para alunos surdos nas escolas públicas brasileiras. Para isso, é apresentado o percurso histórico da educação de surdos no Brasil e propostas legislativas com foco principalmente na Libras e a formação docente de professores de língua Inglesa. Para a efetivação desta pesquisa, duas leis importantes estão sendo abordadas: a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a lei supracitada. De acordo com Gil (2002), a abordagem teórica utilizada nesta pesquisa é a qualitativa a partir de estudos bibliográficos e documentais. O trabalho foi entrelaçado por autores como Quadros (1997), Gesser (2009) entre outros teóricos que contribuíram para efetivação das discussões. Dessa forma, este estudo colabora no debate sobre formação de professores de inglês com foco principalmente na inclusão e acessibilidade de alunos surdos nas aulas de língua inglesa.

Palavras-chave: Aluno surdo. Inclusão. Formação docente. Libras. Língua Inglesa.

INTRODUÇÃO

O atual cenário educacional tem possibilitado várias discussões sobre a educação do surdo no Brasil. No que tange às medidas que possibilitam a acessibilidade desta parcela da população, tem-se a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como forma de comunicação e expressão da comunidade surda e o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que garantiu o direito do aluno surdo à educação. Estes documentos estabelecem a obrigatoriedade da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a prática do magistério “em nível médio e superior e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2005).

É perceptível nos cursos de formação de professores de Língua Estrangeira, sobretudo no curso de língua inglesa, que ao pensarmos nossas aulas e o currículo, focalizamos sempre o aluno ouvinte. Como aponta Silva (2005) no âmbito nacional, falar sobre a efetiva inclusão de

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação e
Cidadania

16 a 19 de agosto

alunos surdos nas aulas de língua estrangeira é um desafio, visto que, atualmente existem poucas pesquisas voltadas para o ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira para alunos surdos. Dessa forma, percebe-se que a inclusão da disciplina de Libras no ensino superior é essencial, dado que o contato com esta língua proporcionará aos futuros professores uma melhor compreensão do aluno surdo e conseqüentemente uma comunicação efetiva em suas aulas.

As considerações aqui apresentadas são fruto de um estudo bibliográfico documental de cunho qualitativo. Nesta pesquisa, pretende-se dar início a algumas reflexões a respeito do processo de inclusão dos alunos surdos nas aulas de língua inglesa. Para isso, a questão de pesquisa nasce da seguinte indagação: Como acontece o processo de inclusão e acessibilidade dos alunos surdos nas aulas de língua inglesa nas escolas públicas?

Nesta ótica, para responder a tal questionamento temos como objetivo geral: apresentar discussões sobre Língua Brasileira de Sinais - Libras, formação docente e ensino de língua inglesa para alunos surdos em escolas públicas brasileiras com foco na acessibilidade e na inclusão social. Para alcançar o objetivo geral, propõe-se os seguintes objetivos específicos: observar o percurso sócio-histórico da Libras no Brasil; debater sobre a formação de professores de língua inglesa com foco na inclusão de alunos surdos em suas aulas e analisar como acontece este processo de inclusão. Para tanto, dividimos o texto nas seguintes seções: referencial teórico, metodologia resultados e discussão, considerações finais e referências.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por muito tempo, os surdos eram considerados incapazes e devido a isto viveram vários anos de perseguição, exclusão, torturas e eram obrigados a falar, sendo considerados sem utilidade e eram considerados uma ameaça social. A história da educação dos surdos no Brasil é marcada por vários debates polêmicos. Apesar de atual, de acordo com Soares (1999) essas discussões têm suas bases fundadas há muitos anos, mais precisamente em 1857, durante o reinado do Imperador Dom Pedro II. No século XIX, o padre surdo francês Hernet Huet propôs um modelo de educação ideal para as pessoas não-ouvintes. A partir de sua proposta surgiu a primeira escola para surdos denominado Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro. Assim, começou a educação do surdo no Brasil.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Escrita

16 a 19 de agosto

Este foi um marco histórico para a educação dos surdos brasileiros. Soares (1999) aponta que no Brasil a educação de surdos foi influenciada pelo método francês e os sinais metódicos, mas posteriormente acabaram seguindo o movimento mundial iniciado pelo Congresso de Milão em 1880. Era defendido que a educação dos surdos deveria ter como objetivo o desenvolvimento da oralidade, assim, por muito tempo os teóricos presumiam que este método era o ideal, pois nesta época acreditava-se que,

[...] O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva. Esta estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte (GOLDFELD, 1997, p.31).

Dentre os defensores deste método estava o cientista Alexander Graham Bell, visto como o principal pioneiro desta ideologia, pois ele acreditava que a comunicação através de gestos era desfavorável ao aprendizado da fala e perpetuava característica genética negativas. Isto posto, “dado seu prestígio de homem brilhante da sociedade da época, entende-se que Graham Bell contribuiu de maneira crucial para a negação e a opressão da língua de sinais” (GESSER, 2009, p.51). Assim, para que esta pedagogia desse certo, os surdos eram proibidos de se comunicar utilizando a língua de sinais dentro da escola e foram obrigados a utilizar a leitura labial para adquirir novos vocabulários. Com o passar dos anos o método oralista não obteve êxito e os educadores conseguiram perceber que os surdos estavam sendo prejudicados, pois “oralizar é sinônimo de negação da língua dos surdos” (GESSER, 2009, p.50). Esse método contribuiu para perda da identidade, da cultura surda e proporcionou a estagnação deste grupo.

Em contraposição ao Oralismo, surge a Comunicação Total que defende o uso de qualquer recurso linguístico, sendo o alfabeto manual, língua de sinais, gestos, ou códigos manuais. Trata-se, portanto, de uma proposta alternativa que utiliza a comunicação oral interligada com a gestual. Esta filosofia percebe o surdo diferente do que era posto pelo Oralismo, proporcionando a aquisição e o desenvolvimento da língua, pois defendia que o uso de todo meio de comunicação é importante, uma vez que, possibilita acesso a outras formas de comunicação. Para muitos teóricos, como a exemplo de Capovilla (2001) a Comunicação Total tem os pontos positivos e negativos, pois mesmo que ela tenha ampliado a visão do surdo e difundido a utilização dos sinais, ela não progrediu, pois,

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

“[...] embora os sinais tivessem sido admitidos à escola para auxiliar a aquisição da língua falada e escrita, e não como uma língua em seu próprio direito, a língua falada sinalizada não parecia mais suficiente para a comunidade” (CAPOVILLA, 2001, p.1486).

Neste sentido, nascem novas práticas pedagógicas na educação dos surdos. Assim, em 1980 surge o Bilinguismo “uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar” (QUADROS, 1997, p.27). Concepção que ganha espaço na área educacional, com o objetivo de proporcionar o acesso às duas línguas. Esta abordagem ocupa espaço até os dias atuais, pois busca capacitar a todos. De acordo com Quadros (1997), esta filosofia propõe o Bilinguismo para surdo, pois é importante que ele aprenda a língua oficial de seu país e a Libras, a língua natural dos sujeitos surdos que deve ser aprendida de forma espontânea.

Devido a luta da comunidade surda e as políticas de inclusão, o governo brasileiro sancionou a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão do sujeito surdo. Este marco garantiu a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de graduação e também o direito da comunidade surda brasileira, principalmente o direito de ter seu idioma reconhecido e assegurando politicamente.

É importante ressaltar que outras Leis e decretos foram criados, em especial o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a Lei de Libras nº 10.436/2002 e ratificou formas do desenvolvimento do ensino de Libras. Outro importante marco histórico foi o Decreto nº 6.949/2009, que tornou em emenda constitucional as medidas estipuladas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. Devido a isto, o governo brasileiro, considerou que as políticas públicas com foco nas pessoas com Deficiência (PcD) deveria ser debatida com organizações e líderes destes grupos, com o objetivo de ampliar o protagonismo e o direito participativo nas decisões políticas.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, propõe-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica documental. Conforme Gil (2002), este tipo de estudo busca explicar e discutir temas com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas e documentos. Quanto a abordagem, este trabalho apoia-se em uma abordagem qualitativa, que de acordo com

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

Brasileiro (2013), a abordagem qualitativa “é aquela que se ocupa da interpretação dos fenômenos e das atribuições de significados no decorrer da pesquisa, não se detendo a técnica estatística” (BRASILEIRO, 2013, p. 46). Considerando que esta é uma pesquisa bibliográfica documental de abordagem qualitativa, torna-se relevante este método, pois é a partir de materiais escritos e publicados que foi possível desenvolver as interpretações e análises.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao debatermos sobre formação docente nos cursos de licenciaturas em uma perspectiva da educação especial percebe-se que nas últimas décadas esta temática tem tido maior visibilidade nos cursos de formação docente. Assim, a educação especial é

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, além de realizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008, p. 10).

Além disso, em conformidade com Garcia (2013), uns dos pontos a serem considerados na organização dos cursos de formação, foi a inclusão das demandas relativas à educação dos alunos com necessidades específicas, principalmente nos cursos de pedagogia e nas demais licenciaturas.

Garcia (2013) afirma que, a formação continuada em perspectiva de educação inclusiva, ganhou força em 2003, com a implantação Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que teve como objetivo difundir política de educação inclusiva em alguns municípios brasileiros, com foco principalmente na formação de gestores e educadores a fim de transformar os sistemas educacionais, em sistemas educacionais inclusivos. Este programa constitui uma política de formação na atual política de educação inclusiva no Brasil, sendo vinculada ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o plano de metas do governo federal que apresenta um corpo de projetos para os diferentes níveis e modalidades da educação nacional em vigor até os dias atuais.

No atual cenário brasileiro, existem políticas públicas voltadas para a formação de professores de língua inglesa e de Língua Brasileira de Sinais - Libras, com o objetivo de promover a inclusão e a acessibilidade linguística na educação. Essas políticas possibilitam garantir que os profissionais estejam preparados para lidar com as demandas específicas de alunos surdos e com a promoção do ensino de língua inglesa de qualidade.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

Quando o assunto é o ensino de Língua Inglesa (LI) para alunos surdos, é importante mencionar, que o aprendizado deste idioma para este público ocorre como uma terceira língua (L3). Neste caso, a língua portuguesa é empregada como segunda língua (L2), na modalidade escrita, por ser a língua oficial do Brasil e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) usada como a primeira língua (L1), estruturada a partir do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamentou a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, por perceber que o surdo vivencia o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura através da modalidade visual espacial.

Lima (2009) afirma que, o processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa ocorre em torno das quatro habilidades linguísticas: a escrita, a leitura, a fala e compreensão auditiva (*Writing, Reading, Speaking, e o Listening*). No entanto, o Decreto Federal de nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, em seu capítulo I, artigo 2º, afirma que a pessoa surda “compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL,2005). Vista como uma língua gestual-visual. Neste contexto, surge a inviabilidade de se trabalhar em sala de aula as habilidades fala (*Speaking*) e compreensão auditiva (*Listening*) da língua inglesa. Desta maneira, faz-se necessário o uso de novas estratégias que facilitem este processo de ensino e também o uso do inglês instrumental para auxiliar os alunos surdos no desenvolvimento da leitura e a compreensão textual.

Ao ensinar a língua inglesa para alunos surdos, é importante apresentar referências que disponham de imagens, que dialoguem com os conteúdos a serem trabalhados e que sirvam de suporte visual, ocasionando a compreensão do tema proposto e a interpretação de textos. Nesta perspectiva, o professor deve utilizar materiais adaptados para estes alunos. Somado ao exposto, o professor tem que dispor, além do conhecimento linguístico, de outros mecanismos para que o aluno surdo consiga associar as imagens com o idioma a ser ensinado, neste caso, o inglês. Neste processo, é importante que o professor de inglês entenda que, os alunos surdos expressam e interagem de maneira diferente dos ouvintes assim, a Libras deve ser percebida como um sistema linguístico original com funcionamento próprio, para então ocorrer a inclusão deste público nas aulas de inglês.

CONCLUSÃO

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

Este estudo, propôs apresentar debates e reflexões sobre vários fatos históricos da Libras no Brasil, abordagens teóricas e pedagógicas que por vários anos proporcionaram barreiras comunicacionais para os surdos e demonstrar a importância do ensino e aprendizagem de um novo idioma, neste caso, a Língua inglesa.

Assim, após o estudo e análise dos dados, foi possível entender as transformações e a luta da comunidade surda em busca de igualdade, visibilidade e inclusão social. Nesta perspectiva, percebe-se que as Leis e os Decretos foram extremamente importantes para o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras e do sujeito surdo, tanto no âmbito educacional, quanto social. Além disso, considera-se necessário refletir sobre as possibilidades de uma prática pedagógica que tencione a inclusão deste público no contexto escolar e proporcione a aprendizagem da Língua inglesa de forma significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Paulo Renato Souza, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 20. mai. 2023.

_____. **2005, Decreto 5.626, de. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras/.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 03. jun. 2023.

_____. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Paulo Renato Souza, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 18. jun. 2023.

BRASILEIRO, A. M. M. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos.** São Paulo: Atlas, 2013.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira.** Vol II: Sinais de M a Z. São Paulo, Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação e Inclusão

16 a 19 de agosto

CICCONE, M. M. C. **Comunicação Total**: introdução, Estratégias, a Pessoa Surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

LIMA, D. C. d. **Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa**: conversas com especialistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GARCIA, R. M. C. **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**. Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 18, p. 101-119, 2013.

GESSER, A. **LIBRAS? que língua é essa?** Crenças e preconceito em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, 1. ed. Parábola Editorial, 10. reimpressão, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOLDFELD, M. **A criança surda, linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.v.1.

PEREIRA, J. E. D. **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente**. Educação & Sociedade (Impresso), Campinas, v. 20, p. 109-125, 1999.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos**: a Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SILVA, C. M. de O. **O surdo na escola inclusiva aprendendo uma língua estrangeira (inglês)**: um desafio para professores e alunos. Dissertação. Mestrado em Linguística Aplicada. Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2005.



SOARES, M. A. L. **A Educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.